



CONGRESSO NACIONAL

MPV 339

00077

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 07/02/2007	proposição Medida Provisória nº 339 de 2006
--------------------	--

autor Senador Cristovam Buarque	nº do prontuário
------------------------------------	------------------

1. Supressiva	2. substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. aditiva	5. Substitutivo global
---------------	-----------------	---	------------	------------------------

Página	Artigo 11	Parágrafo único	Inciso	Alínea
--------	-----------	-----------------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 11 a seguinte redação:

“Art. 11 A apropriação de recursos pela educação de jovens e adultos presencial, incluídas as matrículas em cursos de alfabetização, nos termos do art. 60, inciso III, alínea “c”, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, observará percentual máximo entre 10% e 20% do respectivo Fundo, segundo regulamento da Junta de Acompanhamento, considerada a proporção menor ou maior da demanda potencial de cada Estado e do Distrito Federal para o ensino fundamental da população de quinze anos e mais.” (NR)

Justificação

O ensino fundamental é direito público subjetivo de todos os brasileiros, independentemente de sua idade. Por isso, uma restrição severa da participação da educação de jovens e adultos (EJA) no rateio dos recursos do Fundeb, que impedisse ou dificultasse o cumprimento do dever de os Estados, o Distrito Federal e os Municípios cumprirem seu dever de oferta do ensino fundamental e médio a essa população historicamente depreciada, é inconcebível. Ora, nós temos no Brasil hoje uma demanda potencial de 65 milhões de jovens e adultos para o ensino fundamental e 55 milhões para todas as etapas na idade regular. Mesmo sabendo que os custos da EJA podem ser menores que de outras etapas e modalidades, um teto de 10% se constitui numa política de exclusão e de iniquidade. Além disso, alguns Estados, no atendimento a EJA, já se aproximam desse percentual de 10%. Nossa proposta é de uma faixa de 10% a 20% - sem contrariar o dispositivo constitucional citado no art. 11 - a ser determinada pela Junta de Acompanhamento a partir de dados objetivos que irão constituir base para planejamento da oferta desta modalidade de ensino. Finalmente, esta é a grande oportunidade de realmente erradicar o analfabetismo no Brasil, meta perseguida e não alcançada desde o início do século passado e desafio permanente de nossas leis e nossos governos. Garantido um financiamento adequado pelo Fundeb, a alfabetização de jovens e adultos deixará de ser ação clientelística para se integrar realmente na política educacional.

PARLAMENTAR

Brasília, 07/02/2007

